Guia Prático da Transição na Gestão Orçamentária e Financeira no Primeira Infância no SUAS

Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos — SPSBD-GC/ PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS



FNAS
FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Conteúdo em formato de guia, com atualização normativa, quadros de consulta rápida, fluxos operacionais, análises orientativas e pontos de atenção para gestores, conselheiros e equipes técnicas do SUAS.

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social,
Família e Combate à Fome - MDS
Secretaria Nacional de Assistência Social — SNAS
Fundo Nacional de Assistência Social — FNAS

FNAS
FUNDO NACIONAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ficha Técnica

Wellington Dias
Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Osmar Ribeiro de Almeida
Secretário – Executivo do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Rosilene Cristina Rocha
Secretária Nacional de Assistência Social

José Arimateia de Oliveira
Diretor – Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social

ELABORAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE CONTEÚDO
José Arimateia de Oliveira
Jamile Aparecida Castro de Souza
Kamila Rodrigues Sato

REVISÃO
José Arimateia de Oliveira

PROJETO GRÁFICO
Vitoria de Oliveira Fernandes do Carmo

Revisão normativa e atualização: Com base nas Resoluções CNAS/MDS nº 218/2025, nº 219/2025, Resolução CIT nº 30/2025 e Portarias MDS correlatas

Ano de Publicação: 2026

Mensagem da Secretária Nacional de Assistência Social

Rosilene Rocha — Secretária Nacional de Assistência Social

A primeira infância é reconhecida, nacional e internacionalmente, como uma janela de oportunidade decisiva para o desenvolvimento humano. É nesse período que se consolidam vínculos, se constroem as bases da parentalidade protetiva e se fortalecem as condições para que gestantes, crianças e famílias tenham acesso pleno às seguranças socioassistenciais previstas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

No âmbito da Política de Assistência Social, cuidar da primeira infância significa reconhecer que o desenvolvimento integral das crianças está profundamente relacionado às condições de vida de suas famílias, aos vínculos estabelecidos em seus territórios e ao acesso a direitos e políticas públicas. Significa, também, compreender que situações de vulnerabilidade social podem produzir impactos desde os primeiros anos de vida e que a proteção social deve atuar de forma preventiva, continuada e articulada, valorizando as potencialidades das famílias e das comunidades.

Nesse contexto, a atuação do SUAS assume papel fundamental. Por meio da Proteção Social Básica, dos CRAS, dos serviços socioassistenciais e do trabalho desenvolvido nos territórios, o SUAS se faz presente na vida das famílias, promovendo acolhida, convivência, fortalecimento de vínculos, acesso a direitos e proteção diante das situações de vulnerabilidade. A atenção às gestantes e às crianças de 0 a 6 anos reafirma o compromisso da Assistência Social com a garantia de proteção desde o início da vida.

A instituição do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos (SPSBD-GC/PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS) representa um passo importante nessa direção: transformar uma ação até então organizada sob a lógica de programa em um serviço socioassistencial permanente, integrado à rede de Proteção Social Básica e referenciado ao CRAS. Essa mudança fortalece a continuidade da oferta, a previsibilidade do financiamento e a qualidade do acompanhamento às famílias.

A consolidação do SPSBD-GC como serviço socioassistencial reafirma, ainda, a importância do trabalho social realizado no território e no ambiente domiciliar. A visita domiciliar possibilita uma aproximação qualificada com a realidade das famílias, favorece a construção de vínculos de confiança e amplia a capacidade das equipes de identificar vulnerabilidades, potencialidades e necessidades de proteção. Trata-se de uma atuação que deve estar articulada ao acompanhamento familiar, à rede socioassistencial e às demais políticas públicas presentes no território.

Esse processo de transição exige compromisso compartilhado entre União, estados, Distrito Federal e municípios, respeitando as responsabilidades de cada ente federativo e fortalecendo os espaços de pactuação e controle social do SUAS. Exige também investimento permanente na qualificação das equipes, na organização das ofertas, no planejamento, no monitoramento e na articulação intersetorial, para que a mudança normativa se traduza, efetivamente, em maior proteção às gestantes, às crianças e às famílias.

É fundamental que gestores, trabalhadores e conselheiros compreendam essa mudança não apenas como uma adequação administrativa ou normativa, mas como uma oportunidade de fortalecer a identidade socioassistencial da oferta. O SPSBD-GC passa a integrar de forma permanente a arquitetura de proteção do SUAS, dialogando com as demais ofertas da Proteção Social Básica e contribuindo para respostas mais integradas, territorializadas e coerentes com as necessidades das famílias.

Este guia foi concebido para apoiar gestores, conselheiros e equipes técnicas na compreensão prática das mudanças normativas e operacionais do período de transição. Que ele sirva como instrumento de trabalho cotidiano, sem substituir a leitura atenta dos normativos, e que contribua para que cada visita domiciliar realizada no território seja, de fato, um gesto de cuidado e de garantia de direitos.



Mensagem da Direção do Fundo Nacional de Assistência Social

José Arimateia — Diretor do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)

A gestão responsável dos recursos públicos é condição essencial para que qualquer serviço socioassistencial cumpra sua finalidade. No caso do SPSBD-GC, o cofinanciamento federal foi estruturado com parcela fixa e parcela variável, de modo a equilibrar o custeio da equipe de referência com o efetivo acompanhamento das famílias no território.

Essa lógica de financiamento busca assegurar condições para a organização contínua da oferta, considerando tanto a estrutura necessária ao funcionamento do serviço quanto sua capacidade de alcançar as famílias que dele necessitam. Mais do que uma transferência de recursos, o cofinanciamento expressa a responsabilidade compartilhada entre os entes federativos na consolidação das ofertas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A adequada aplicação dos recursos exige planejamento, conhecimento das normas e integração entre as áreas responsáveis pela gestão, execução financeira e acompanhamento dos serviços. É fundamental que cada ente organize seus processos de trabalho de forma a relacionar a execução orçamentária e financeira às metas pactuadas, às necessidades identificadas no território e aos resultados esperados para as famílias acompanhadas.

Cabe aos entes federados observarem com rigor as regras de execução, os limites de uso dos recursos e os prazos de prestação de contas por meio do AgilizaSUAS. A boa gestão financeira não é um fim em si mesma: é o que garante a continuidade do serviço e a confiança da sociedade e dos órgãos de controle na política de assistência social.

Nesse processo, o controle social ocupa lugar indispensável. Os Conselhos de Assistência Social devem acompanhar a utilização dos recursos, apreciar os instrumentos de planejamento e prestação de contas e contribuir para que as decisões relacionadas ao financiamento estejam alinhadas às necessidades da população e às diretrizes do SUAS. Transparência, participação e responsabilidade caminham juntas na boa gestão dos recursos públicos.

Também é essencial fortalecer a articulação entre gestão financeira e gestão do trabalho, reconhecendo que a qualidade da oferta depende de equipes devidamente estruturadas e

de condições adequadas para o desenvolvimento das atividades no território. O financiamento precisa, portanto, estar conectado à realidade da execução e ao planejamento das ações necessárias para assegurar continuidade, regularidade e qualidade na prestação do serviço.

A transição para o SPSBD-GC representa, ainda, uma oportunidade de aperfeiçoar os processos de gestão e acompanhamento dos recursos destinados à primeira infância no âmbito da assistência social. A consolidação do serviço exige segurança normativa, organização administrativa e capacidade de monitoramento, de modo que cada recurso transferido possa ser convertido em proteção social efetiva para gestantes, crianças e suas famílias.

O FNAS seguirá acompanhando de perto o processo de transição do PI-SUAS/Criança Feliz para o SPSBD-GC/PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS, oferecendo orientação técnica aos municípios e ao Distrito Federal. Este guia reúne, de forma organizada, os principais pontos de atenção sobre financiamento, despesas permitidas e vedadas, parcerias e controle social — como referência de consulta rápida para o dia a dia da gestão.



Apresentação

Este guia reúne, de forma organizada e acessível, as informações essenciais sobre o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos (SPSBD-GC/PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS), instituído no contexto de reordenamento das ações de primeira infância do SUAS anteriormente organizadas sob o Programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz.

A consolidação do SPSBD-GC como serviço socioassistencial representa uma mudança importante na organização da oferta voltada à primeira infância no âmbito da Proteção Social Básica. Mais do que uma alteração de nomenclatura, o reordenamento implica a incorporação definitiva da oferta à lógica do SUAS, com referência territorial, articulação com o CRAS, integração com o trabalho social com famílias e responsabilidades definidas entre os entes federativos.

Nesse cenário, o guia busca contribuir para que a transição seja realizada com segurança técnica, administrativa e financeira, apoiando os entes na adequação dos processos de gestão e na organização da oferta. São abordados aspectos relacionados à estruturação do serviço, às equipes, ao acompanhamento das famílias, ao cofinanciamento federal, à utilização dos recursos, às parcerias, ao monitoramento, à prestação de contas e ao exercício do controle social.

O documento foi estruturado em formato de guia prático: cada seção combina um texto analítico, que contextualiza o tema e discute suas implicações para a gestão municipal e distrital, com quadros de consulta rápida, fluxos operacionais e caixas de atenção que sintetizam pontos normativos relevantes. Essa estrutura busca atender tanto a quem precisa de uma leitura mais aprofundada quanto a quem busca uma resposta objetiva durante a rotina de trabalho.

O público-alvo principal são gestores municipais e distritais de assistência social, coordenadores de CRAS, técnicos de referência, educadores sociais, membros de Conselhos de Assistência Social e demais atores envolvidos na oferta do serviço. O guia parte da premissa de que a mudança de Programa para Serviço socioassistencial exige não apenas ajustes formais, mas uma compreensão clara das novas regras de financiamento, de execução e de controle social.

Ao longo dos capítulos, buscou-se também evidenciar a necessária articulação entre gestão, financiamento e execução do serviço. A



efetividade do SPSBD-GC/PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS depende de planejamento adequado, definição de responsabilidades, organização dos processos de trabalho e integração com as demais ofertas da Proteção Social Básica, de modo que a visita domiciliar esteja conectada ao acompanhamento das famílias e às necessidades identificadas em cada território.

Espera-se, assim, que este material seja utilizado não apenas como fonte de consulta sobre procedimentos, mas também como instrumento de apoio ao planejamento e à tomada de decisões. Os quadros, orientações e exemplos apresentados pretendem facilitar a aplicação das normas no cotidiano da gestão, prevenir inconsistências na execução dos recursos e contribuir para maior uniformidade na implementação do serviço em todo o território nacional.

Ao final, o leitor encontrará uma matriz de responsabilidades, perguntas frequentes, a relação de normativos essenciais e as referências completas utilizadas na elaboração deste material. Reforça-se que este guia é material de apoio: não substitui a leitura integral dos normativos vigentes, tampouco a análise jurídica, contábil e administrativa própria de cada ente federado.



Sumário

11 1. O Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos — SPSBD-GC/PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS

12 2. O que mudou do Programa Criança Feliz para o SPSBD-GC/PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS

13 3. Público e prioridades

15 4. Cofinanciamento federal: leitura prática

16 Aceite formal por parte dos municípios e Distrito Federal durante o período de transição

16 Critérios para recebimento do cofinanciamento federal do SPSBD-GC/PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS

16 5. Saldos do PI-SUAS/Criança Feliz

17 6. Como pode ser utilizado o recurso?

19 7. Parceria com OSC: como interpretar corretamente

20 8. Veículos e bens permanentes

21 9. Planejamento e orçamento municipal

22 10. Prestação de contas e controle

23 11. Roteiro de implantação/adequação municipal

24 12. Matriz de responsabilidades

25 13. Perguntas frequentes

26 14. Normativos essenciais

28 Referências

1. O Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos — SPSBD-GC/PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS

O SPSBD-GC/PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS se insere na Proteção Social Básica do SUAS como serviço dedicado à gestação e à primeira infância, período reconhecido pela literatura em desenvolvimento humano como uma janela singular de formação de vínculos, de maturação neuropsicomotora e de constituição das bases da parentalidade. Ao consolidar essa atenção em um serviço formal, o SUAS reforça o caráter preventivo e protetivo da assistência social junto a famílias em situação de vulnerabilidade.

A visita domiciliar planejada e sistemática é a principal tecnologia social empregada, mas não deve ser compreendida como uma ação isolada: ela integra um processo mais amplo de trabalho social com famílias, referenciado ao CRAS e articulado ao PAIF. Essa integração evita a fragmentação do acompanhamento e assegura que a família seja vista em sua totalidade, e não apenas pela lente de um atendimento pontual.

Para o gestor, a principal implicação prática é organizacional: é preciso estruturar uma equipe de referência com técnico e educador social, definir fluxos com o CRAS, observar a periodicidade mínima de visitas e compreender que 2026 é um ano de transição, com o encerramento do modelo anterior previsto para 31 de dezembro. Antecipar essas exigências reduz riscos operacionais e financeiros ao longo do processo.

Pergunta	Resposta prática
O que é?	Serviço da Proteção Social Básica do SUAS voltado a gestantes, crianças de 0 a 6 anos completos e suas famílias.
Qual a principal estratégia?	Visitas domiciliares planejadas e sistemáticas, integradas ao trabalho social com famílias e ao território.
Qual a referência territorial?	O CRAS, com articulação e complementaridade com o PAIF.
Qual a finalidade?	Fortalecer função protetiva, vínculos, parentalidade positiva e protetiva, seguranças socioassistenciais e desenvolvimento integral.
Quem executa?	Equipe de referência com técnico de referência e educador social, conforme regulamentação.

Periodicidade mínima?	Ao menos 2 visitas mensais por beneficiário acompanhado, podendo ser ampliadas conforme necessidades e planejamento.
2026 é o quê?	Ano de transição do PI-SUAS/Criança Feliz para o SPSBD-GC/PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS, com término em 31/12/2026.
Financiamento?	Cofinanciamento federal específico, com regras próprias e teto de referência de R$ 75,00 por beneficiário conforme normativa.

2. O que mudou do Programa Criança Feliz para o SPSBD-GC/ PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS

A mudança de maior alcance é de natureza jurídico-institucional: o que era Programa passa a ser Serviço socioassistencial permanente, tipificado dentro da Proteção Social Básica. Essa alteração não é apenas semântica — programas costumam ter vigência e regras mais discricionárias, enquanto serviços socioassistenciais integram a oferta continuada do SUAS, com financiamento estruturado e regras de pactuação mais estáveis.

No plano operacional, a comparação evidencia o fortalecimento da referência territorial: o CRAS passa a ser explicitamente a referência do serviço, e a complementaridade com o PAIF é expressamente determinada, e não apenas prevista. A equipe também é redefinida em termos de nomenclatura e composição — técnico de referência e educador social —, com periodicidade mínima de visitas agora fixada em norma.

Para o planejamento local, isso significa revisar organogramas, fluxos de trabalho e a própria compreensão da equipe sobre seu papel: não se trata de continuar fazendo visitas domiciliares como antes, mas de integrá-las a uma metodologia alinhada à lógica do SUAS, com prazo de transição definido e horizonte de continuidade a partir de 2027.

Aspecto	PI-SUAS / Criança Feliz	SPSBD-GC/PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS
Natureza	Programa	Serviço socioassistencial
Vinculação	Primeira Infância no SUAS	Proteção Social Básica
Público	Gestantes e crianças conforme critérios do programa	Gestantes e crianças de 0 a 6 anos completos, com prioridades por vulnerabilidade e desproteção
Visita domiciliar	Estratégia central	Estratégia central integrada ao trabalho social com famílias
Referência territorial	Articulação com a assistência social/CRAS	CRAS como referência expressa
PAIF	Articulação prevista	Referência e complementaridade
Equipe	Supervisor e visitador	Técnico de referência e educador social
Periodicidade	Variável conforme regras do programa	Mínimo de 2 visitas mensais
Metodologia	Metodologia própria do programa	Metodologia integrada à lógica do SUAS
Situação em 2026	Em transição	Em implantação/transição
Após 2026	Encerramento do modelo anterior	Serviço permanente do SUAS

3. Público e prioridades

A definição do público prioritário do SPSBD-GC/PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS vai além do recorte etário: combina ciclo de vida, vulnerabilidades sociais, situações de desproteção e características do território. Essa abordagem multifatorial reconhece que crianças da mesma faixa etária podem viver realidades muito distintas, e que o acompanhamento deve chegar primeiro a quem está em maior risco.

Do ponto de vista operacional, a identificação desse público depende do uso combinado de instrumentos de gestão da informação — CadÚnico, Prontuário Eletrônico do SUAS, vigilância socioassistencial — e de estratégias ativas de busca no território. Sem esse cruzamento de dados, corre-se o risco de restringir a oferta a quem já está mais próximo do serviço, deixando de lado famílias em situação de maior desproteção.

É importante que gestores e equipes compreendam que a lista de critérios de priorização orienta, mas não substitui, a leitura concreta da realidade da família e do território. Situações de urgência social identificadas em campo podem justificar ajustes na ordem de atendimento, sempre com registro e justificativa técnica adequados.

- *gestantes e crianças de 0 a 3 anos inscritas no CadÚnico;*
- *crianças de 0 a 6 anos beneficiárias do BPC;*
- *gestantes e crianças de até 6 anos completos beneficiárias dos benefícios Primeira Infância, Gestante e Nutriz do Programa Bolsa Família;*
- *crianças até 6 anos que perderam um de seus responsáveis em decorrência da Covid-19 ou por feminicídio;*
- *gestantes e crianças de até 6 anos completos de povos e comunidades tradicionais e população do campo, floresta e águas;*
- *gestantes e crianças de até 6 anos completos em situação de rua ou domicílio improvisado; migrantes; apátridas e refugiados;*
- *gestantes e crianças de até 6 anos completos em atendimento pelo CREAS/PAEFI, ou reintegrada às suas famílias ou em famílias acolhedoras;*
- *crianças de 0 a 6 anos em famílias em situação de não cumprimento de condicionalidades do PBF;*
- *crianças de 0 a 6 anos completos em situação de trabalho infantil;*
- *crianças de 0 a 6 anos em família monoparental; cujo cuidador principal tenha baixa escolaridade; em famílias cujo cuidador principal seja adolescente; em família com pessoa com deficiência ou idosos com algum grau de dependência; em insegurança alimentar;*
- *crianças de 4 a 6 anos fora da escola.*

Regra de gestão

Utilize o CadÚnico, Prontuário Eletrônico do SUAS, vigilância socioassistencial e busca ativa articulada com a rede para identificar e priorizar famílias. A lista de prioridades orienta a seleção, mas o acompanhamento deve considerar a realidade concreta do território e da família.

4. Cofinanciamento federal - leitura prática!

O cofinanciamento federal é mantido durante o período de transição, mas sua lógica de cálculo exige atenção redobrada dos gestores: o teto de R$ 75,00 por beneficiário, fixado pela Resolução CIT nº 30/2025, não é um valor a ser multiplicado diretamente pela meta pactuada. Trata-se de um teto de referência dentro de uma fórmula com componentes distintos, descrita no Anexo I da própria Resolução.

A fórmula combina uma parcela fixa, de maior peso (60%), vinculada à composição e designação da equipe — em especial dos educadores sociais —, com uma parcela variável (40%), atrelada ao número de beneficiários efetivamente visitados ao menos duas vezes no mês, com base em registros válidos. Essa divisão busca equilibrar o custeio estrutural do serviço com o incentivo à execução efetiva.

Para receber o cofinanciamento, o ente federado precisa atender a critérios objetivos: ter técnico de referência devidamente cadastrado nos sistemas de informação, manter saldo em conta compatível com o limite normativo e atingir, no mínimo, 60% de acompanhamento da meta mensal pactuada para o público prioritário. O aceite formal, realizado pela plataforma SOUSUAS, é o primeiro passo desse processo.

Componente	Peso	O que considera
Parcela fixa	60%	Composição/designação da equipe, especialmente educadores sociais, conforme fórmula normativa.
Parcela variável	40%	Beneficiários efetivamente visitados ao menos duas vezes, conforme registros válidos.

Equipe e meta pactuada → cofinanciamento



Aceite formal por parte dos municípios e Distrito Federal durante o período de transição

Gestores municipais e os estados que já executam o Programa Primeira Infância no SUAS podem aderir ao SPSBD-GC/PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS durante o período de transição de 2026, pela plataforma SouSUAS, sendo 18 de dezembro de 2026 o prazo final da adesão.

A adesão não precisa ser submetida à aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social, porém no caso de desistência da oferta do serviço ou redução das metas o Conselho deverá ser comunicado.

As Resoluções CNAS/MDS nº 218/2025 e 219/2025 regulamentam o serviço, mas sua execução tem vigência própria conforme publicação no DOU. Enquanto isso, a orientação é manter a execução do Programa Primeira Infância no SUAS conforme as regras vigentes.

SouSUAS: https://sousuas.mds.gov.br/

Critérios para recebimento do cofinanciamento federal do SPSBD-GC/PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS

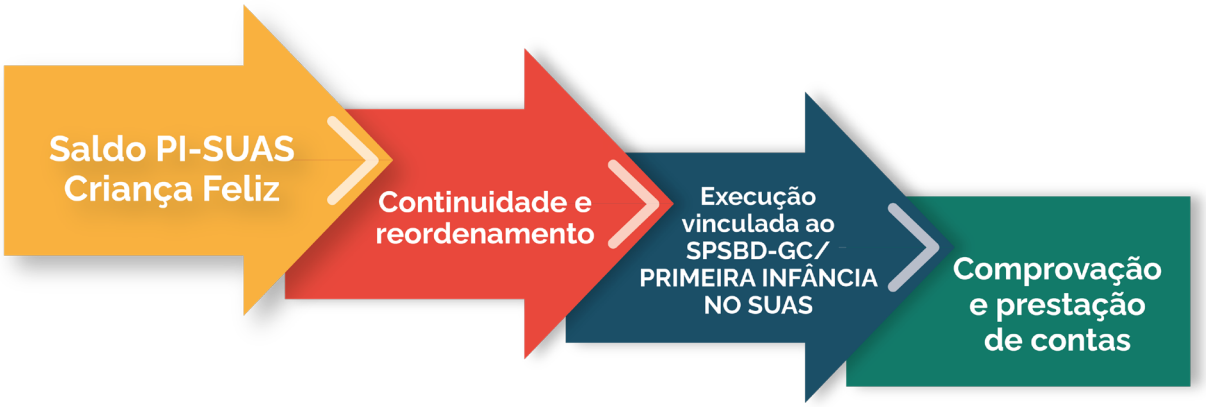
Critério 1	Critério 2	Critério 3
Ter técnico de referência do SPSBD-GC/PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS cadastrado no CadSUAS e demais sistemas de informação necessários para registro	Ter saldo em conta igual ou menor que 6 (seis) vezes o valor máximo de referência para a parcela mensal	Ter, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de acompanhado da meta mensal ao público prioritário

5. Saldos do PI-SUAS/Criança Feliz

A continuidade do uso de saldos já existentes evita descontinuidade financeira na transição entre o programa anterior e o novo serviço. É uma solução pragmática: em vez de exigir a devolução ou o represamento de recursos, permite-se que o saldo remanescente seja reordenado para sustentar a execução do SPSBD-GC/PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS.

Essa flexibilidade, no entanto, vem acompanhada de uma exigência central de rastreabilidade: deve haver nexo claro entre a origem do recurso, a finalidade do novo serviço, a despesa efetivamente realizada e a sua comprovação documental. Tratar o saldo anterior como recurso de aplicação livre é um erro que pode gerar apontamentos em auditorias e prestações de contas.

Na prática, recomenda-se que o gestor financeiro do Fundo de Assistência Social mantenha um registro específico do saldo herdado do PI-SUAS/Criança Feliz, de modo a demonstrar, a qualquer momento, o caminho percorrido pelo recurso até a despesa final vinculada ao SPSBD-GC/PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS.



Atenção!

Não trate o saldo anterior como recurso livre ou sem finalidade. Deve haver nexo entre a origem do recurso, a finalidade do novo serviço, a despesa realizada e sua comprovação.

6. Como pode ser utilizado o recurso?

O rol de despesas permitidas concentra-se no custeio direto da oferta do serviço: remuneração e encargos da equipe de referência, capacitação, materiais de consumo e pedagógicos, serviços necessários à oferta e equipamentos permanentes, incluindo, sob determinadas condições, a aquisição de veículo novo. Essa amplitude reconhece que o serviço depende tanto de pessoas quanto de infraestrutura mínima de apoio.

Em contrapartida, há vedações expressas que buscam evitar o uso do cofinanciamento específico do SPSBD-GC/PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS para finalidades que já contam com outros instrumentos de política pública — como cesta básica, benefícios eventuais, despesas

de saúde e distribuição de fraldas — bem como para a mera terceirização de mão de obra que substitua a equipe de referência prevista na regulamentação.

Antes de autorizar qualquer despesa, é recomendável que o gestor aplique um roteiro simples de verificação, checando a necessidade, a permissão normativa, a previsão orçamentária e a possibilidade de demonstrar o vínculo entre a despesa e a finalidade do serviço.

Despesa	Em regra	Condição/observação
Remuneração e encargos da equipe de referência	**PODE**	Conforme art. 6º-E da LOAS, normas do SUAS e legislação local.
Capacitação da equipe	**PODE**	Quando vinculada à execução do serviço.
Materiais de consumo e pedagógicos	**PODE**	Com nexo com as atividades do SPSBD-GC/ PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS.
Serviços necessários à oferta	**PODE**	Ex.: transporte, limpeza e outras atividades-meio, conforme regras.
Equipamentos e materiais permanentes	**PODE**	Observar rol padronizado e regulamentação da SNAS.
Veículo novo	**PODE**	Somente conforme regras, rol permitido e vinculação à finalidade.
Cesta básica / benefício	**NÃO**	Atender pela política/instrumento adequado, não com este
Medicamentos, exames e despesas de saúde	**NÃO**	Encaminhar e articular com a rede competente.
Fraldas para distribuição	**NÃO**	Despesa vedada no escopo indicado.
Obras/reformas não autorizadas	**NÃO**	Ressalvas específicas devem ser verificadas na norma.
Mão de obra terceirizada para substituir equipe de referência	**NÃO**	Vedação à mera intermediação de mão de obra para funções próprias da equipe.

7. Parceria com OSC: como interpretar corretamente

A possibilidade de parceria com organizações da sociedade civil (OSC) não é uma exceção residual: é uma alternativa legítima de execução, desde que observadas a Política Nacional de Assistência Social, as normas do SUAS, a Resolução CNAS nº 21/2016 e o marco regulatório das organizações da sociedade civil (Lei nº 13.019/2014).

O ponto central a compreender é o fluxo do repasse: o cofinanciamento federal nunca é transferido diretamente a uma OSC — ele chega ao fundo de assistência social do ente federado, que, se optar por firmar parceria, o fará por meio de instrumento jurídico próprio, mantendo a titularidade da gestão do serviço.

É igualmente importante distinguir parceria de terceirização disfarçada: contratar uma OSC ou empresa apenas para fornecer mão de obra temporária que substitua a equipe de referência é vedado, pois descaracteriza a natureza da oferta pública e pode configurar uso irregular do cofinanciamento.

Atenção!

Antes de autorizar a despesa, pergunte: (1) é necessária à oferta do SPSBD-GC/PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS? (2) está permitida na norma? (3) está prevista no planejamento/orçamento? (4) consigo demonstrar a vinculação da despesa ao serviço?

Situação	Orientação
FNAS/MDS repassar diretamente à OSC para executar o SPSBD-GC/ PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS	Não. O cofinanciamento federal é transferido ao fundo de assistência social do ente federado.
Município/DF celebrar parceria com OSC para oferta do serviço	Pode, mediante instrumento jurídico adequado e observância das normas aplicáveis.
Qual a referência territorial?	Não. Essa utilização do cofinanciamento é vedada.



8. Veículos e bens permanentes

A aquisição de veículos, equipamentos e materiais permanentes com recursos do cofinanciamento federal é permitida, mas condicionada à observância da Portaria nº 47/2025 (ou norma equivalente vigente), especialmente quanto ao rol de itens passíveis de aquisição e à sua vinculação direta às finalidades do serviço.

A Portaria MDS nº 1.043/2024 estabelece, ainda, prazos mínimos de vinculação dos bens adquiridos à finalidade para a qual foram destinados: três anos para equipamentos e materiais permanentes e cinco anos para veículos. Esses prazos funcionam como salvaguarda contra o desvio de finalidade dos bens públicos adquiridos com recurso federal específico.

Um ponto de atenção recorrente é a diferença entre o bem em si e as despesas acessórias de sua manutenção: o cofinanciamento cobre a aquisição do veículo novo permitido, mas não IPVA, multas, emplacamento, seguro ou documentação — despesas que devem ser suportadas por outras fontes orçamentárias do ente.

Pode compor a aquisição?	Pode ser pago com o cofinanciamento?
Aquisição de veículo novo permitido	Sim, observadas as regras aplicáveis.
IPVA	Não
Multas	Não
Emplacamento	Não
Seguro	Não
Documentação do veículo	Não

9. Planejamento e orçamento municipal

O SPSBD-GC/PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS deve funcionar como uma ilha operacional dentro da política de assistência social, sua efetividade depende de estar integrado ao ciclo de planejamento municipal e distrital, evitando o risco de um funcionamento paralelo, dependente apenas da vontade individual da equipe técnica.

Essa integração passa pelos instrumentos clássicos de planejamento público — PPA, LDO e LOA —, pelo Plano Municipal ou Distrital de Assistência Social, pelo planejamento do órgão gestor e do Fundo de Assistência Social, e pelas deliberações do Conselho de Assistência Social. A criação de uma ação orçamentária exclusiva para o SPSBD-GC/PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS é o elo que conecta esses instrumentos à execução financeira do serviço, FNAS orienta a permanência na peça orçamentária da ação orçamentária Primeira Infância no SUAS, buscando alocação exclusiva para esse serviço e o cumprimento dos marcadores do Orçamento Criança no orçamento público.

O fluxo de planejamento vai do diagnóstico territorial à prestação de contas: sem diagnóstico, a definição de metas e equipe fica arbitrária; sem previsão orçamentária, a execução física fica vulnerável a contingenciamentos; sem monitoramento contínuo, o serviço perde a capacidade de se ajustar às mudanças da realidade territorial ao longo do ano.

Fluxo de Planejamento do SPSBD-GC/Primeira Infância no SUAS





10. Prestação de contas e controle

Toda execução do SPSBD-GC/PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS, precisa ser registrada e comprovada, tendo o AgilizaSUAS como instrumento oficial de prestação de contas. O Conselho de Assistência Social tem papel ativo nesse processo, manifestando-se sobre a finalidade dos recursos e a execução das ofertas — o que reforça o controle social como pilar da gestão do serviço.

Na prática, a organização documental deve cobrir múltiplas frentes simultaneamente: o eixo fiscal e financeiro, o eixo de pessoal, os registros de execução das visitas e atividades, o nexo entre despesa e finalidade do serviço, e a documentação de eventuais parcerias. A ausência de qualquer uma dessas frentes fragiliza a prestação de contas como um todo.

Uma boa prática recorrente entre entes bem avaliados é organizar a documentação por competência mensal e por natureza de despesa, o que facilita tanto a conciliação interna quanto a resposta tempestiva a órgãos de controle e ao próprio Conselho de Assistência Social.

Situação	Exemplo
Fiscal e financeiro	notas fiscais, documentos de contratação, comprovantes de pagamento
Pessoal	cadastros, vínculos, folhas, encargos e registros funcionais
Execução	registros das visitas, atividades, encaminhamentos e monitoramento
Nexo da despesa	justificativas e documentos que demonstrem vínculo com o SPSBD-GC/PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS
Parcerias	plano de trabalho, instrumento jurídico, monitoramento e prestação de contas, quando houver

Boa prática

Organize a documentação por competência mensal e por natureza de despesa. Isso facilita conciliação, monitoramento, manifestação do conselho e resposta a órgãos de controle.

11. Roteiro de implantação/adequação municipal

O roteiro de implantação organiza, em sequência lógica, os dez passos que um ente federado deve percorrer para adequar sua oferta ao SPSBD-GC/PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS. A sequência não é arbitrária: começa pela confirmação formal da adesão e da meta pactuada, condição sem a qual os demais passos perdem o sentido.

Um bloco de passos concentra-se na estruturação da equipe e dos sistemas de informação — designação de técnico e educadores sociais, atualização do CadSUAS, mapeamento do público prioritário —, enquanto outro bloco trata da definição de fluxos de trabalho, da revisão orçamentária e da rotina de conferência de registros e metas.

O roteiro se encerra, propositalmente, com a apresentação de resultados ao Conselho de Assistência Social. Esse fechamento reforça que a implantação do serviço não é apenas uma obrigação técnica e financeira, mas também um processo que deve ser transparente e submetido ao controle social.

Fluxo de Implantação do SPSBD-GC/Primeira Infância no SUAS



12. Matriz de responsabilidades

A matriz de esponsabilidades explicita o papel de cada ator envolvido na oferta do SPSBD-GC/ PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS, desde o órgão gestor até a rede intersetorial. Essa explicitação é especialmente útil em municípios menores, onde a divisão de tarefas costuma ser informal e pode gerar sobreposições ou lacunas de atendimento.

Observa-se uma divisão relativamente clara entre funções de planejamento e gestão (órgão gestor, Fundo de Assistência Social), funções técnicas de execução direta (técnico de referência, educador social), funções de diagnóstico e monitoramento (vigilância socioassistencial) e funções de controle social (Conselho de Assistência Social).

Utilizar essa matriz como referência em reuniões de equipe e em momentos de planejamento ajuda a evitar dois riscos comuns: a sobrecarga de um único ator com atribuições que deveriam ser compartilhadas, e a existência de lacunas que só são percebidas quando algo já deu errado.

Ator	Responsabilidades essenciais
Órgão gestor	Planejamento, gestão do serviço, equipe, orçamento, articulação institucional e prestação de contas.
CRAS / PAIF	Referência territorial, trabalho social com famílias, planejamento compartilhado e complementaridade.
Técnico de referência	Orientação técnica, planejamento, acompanhamento da equipe, articulação e qualificação dos registros.
Educador social	Execução das visitas e atividades previstas, observação, escuta, registro e comunicação à referência técnica.
Vigilância socioassistencial	Diagnóstico, identificação de públicos, territorialização, dados e apoio ao monitoramento.
Fundo de Assistência Social	Execução financeira, controle, conciliação e documentação dos recursos.
Conselho de Assistência Social	Controle social, acompanhamento e manifestação nos instrumentos previstos.
Rede intersetorial	Acesso a direitos e respostas de saúde, educação, cultura, direitos humanos e demais políticas.

13. Perguntas Frequentes

Esta seção reúne as dúvidas mais recorrentes de gestores e equipes técnicas durante o processo de transição para o SPSBD-GC/PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS. O formato de perguntas e respostas foi mantido propositalmente objetivo, para servir como consulta rápida durante a rotina de trabalho.

Vale destacar dois pontos de maior risco de erro identificados na prática: a confusão entre o teto de referência de R$ 75,00 e uma simples multiplicação pela meta pactuada, e a expectativa equivocada de que o cofinanciamento específico do serviço possa custear despesas de saúde ou benefícios eventuais, que têm instrumentos próprios.

Recomenda-se que esta lista de perguntas frequentes seja revisada periodicamente pela equipe gestora, incorporando novas dúvidas que surgirem ao longo da execução e mantendo sempre a referência aos normativos vigentes, que podem ser atualizados.

Pergunta	Resposta
A visita domiciliar, sozinha, é o SPSBD-GC/PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS?	Não. Ela é estratégia central dentro de um serviço articulado ao trabalho social com famílias e ao território.
O SPSBD-GC/PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS substitui o PAIF?	Não. É complementar e referenciado ao PAIF.
Pode usar saldo antigo do Criança Feliz?	Sim, para execução do SPSBD-GC/PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS, conforme regras da transição.
O teto de R$ 75 significa meta × R$ 75?	Não. Há fórmula com componentes fixo e variável.
Registro atrasado pode afetar repasse?	Sim, conforme prazo e regras de validação.
Pode pagar medicamento ou cesta básica?	Não com o cofinanciamento específico do serviço.
Pode contratar OSC?	Pode haver parceria para oferta, mas não mera terceirização de mão de obra própria da equipe de referência.
Pode comprar veículo?	Pode, quando permitido pelas regras do FNAS e vinculado à finalidade.
O que é vedado adquirir com os recursos desse Serviço?	Observar o regramento da Portaria MDS nº 1.043/2024.
O SPSBD-GC/PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS entra na ação orçamentária do Bloco de Proteção Social Básica?	Não. Deve ser criada uma ação orçamentária exclusiva. Exemplo: Primeira Infância no SUAS.

14. Normativos essenciais

A base normativa do SPSBD-GC/PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS, parte de fundamentos constitucionais e legais amplos — a prioridade absoluta da criança e do adolescente prevista na Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Orgânica da Assistência Social — e se especializa progressivamente até chegar às normas que criam e regulamentam o serviço propriamente dito.

O Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016) e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009) fornecem o arcabouço conceitual, enquanto as Resoluções CNAS/MDS nº 117/2023, 218/2025 e 219/2025, a Resolução CIT nº 30/2025 e as Portarias MDS nº 1.043/2024 e nº 1.135/2025 tratam especificamente do reordenamento, da inclusão do público e das regras de financiamento do SPSBD-GC/PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS.

Este guia sintetiza e organiza esses normativos para fins de consulta rápida, mas não substitui sua leitura integral. Recomenda-se que gestores e equipes técnicas mantenham cópias atualizadas dos textos legais e acompanhem eventuais alterações publicadas no Diário Oficial da União.

Normativo	Conteúdo de referência
Constituição Federal de 1988, art. 227	Prioridade absoluta de crianças e adolescentes.
ECA — Lei nº 8.069/1990	Proteção integral e prioridade.
LOAS — Lei nº 8.742/1993	Organização, serviços e financiamento da assistência social.
Lei nº 13.257/2016	Marco Legal da Primeira Infância.
Resolução CNAS nº 109/2009	Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.
Resolução CNAS/MDS nº 117/2023	Reordenamento das ações do Criança Feliz/PI-SUAS.
Resolução CNAS/MDS nº 218/2025	Inclusão de gestantes e crianças de 0 a 6 anos no Serviço de PSB no Domicílio.

Normativo	Conteúdo de referência
Resolução CIT nº 30/2025	Regulamentação, pactuação e transição do SPSBD-GC/PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS.
Resolução CNAS/MDS nº 219/2025	Regulamentação do SPSBD-GC/PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS pelo CNAS.
Portaria MDS nº 1.043/2024	Transferência, execução e prestação de contas do cofinanciamento federal.
Portaria MDS nº 1.135/2025	Altera a Portaria MDS nº 1.043, de 24 de dezembro de 2024, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. "Art. 9º Os recursos destinados aos programas, projetos, ao Piso Variável de Alta Complexidade - PVAC e ao Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças - SPSBD-GC não serão repassados por meio dos bloco de financiamento." (NR)

Importante

Este guia é material de apoio e não substitui a leitura dos normativos, atos complementares, orientações do MDS/SNAS/FNAS nem a análise jurídica, contábil e administrativa aplicável ao ente federado.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Art. 227.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1993.

BRASIL. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil (MROSC). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância (Marco Legal da Primeira Infância). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2016.
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2009.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). Resolução nº 21, de 24 de novembro de 2016. Dispõe sobre parâmetros para atuação de organizações da sociedade civil no âmbito do SUAS. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL (MDS); CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). Resolução CNAS/MDS nº 117, de 2023. Reordenamento das ações do Programa Criança Feliz/PI-SUAS. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2023.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL (MDS); CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). Resolução CNAS/MDS nº 218, de 2025. Inclui gestantes e crianças de 0 a 6 anos no Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2025.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL (MDS); CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). Resolução CNAS/MDS nº 219, de 2025. Regulamenta o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos — SPSBD-GC/PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2025.

COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE (CIT). Resolução CIT nº 30, de 2025. Regulamenta a pactuação e a transição do SPSBD-GC/PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2025.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL (MDS). Portaria MDS nº 1.043, de 2024. Dispõe sobre a transferência, execução e prestação de contas do cofinanciamento federal dos serviços socioassistenciais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2024.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL (MDS). Portaria MDS nº 1.135, de 2025. Altera a sistemática de financiamento federal do SUAS, inclusive quanto ao SPSBD-GC/PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2025.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL (MDS). Portaria nº 47, de 2025. Dispõe sobre requisitos para aquisição de veículos, equipamentos e materiais permanentes com recursos do cofinanciamento federal do SUAS. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2025.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL (MDS). Plataforma SouSUAS. Disponível em: https://sousuas.mds.gov.br/. Acesso em: 2026.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL (MDS). AgilizaSUAS: sistema de prestação de contas do SUAS. Brasília, DF: MDS, 2026.

FNAS

FUNDO NACIONAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL

